

Determinismo e não determinismo em Marx

Róber Iturriet Avila¹
Ronaldo Herrlein Júnior²

Resumo

Este trabalho se propõe a discutir a relação estrutura-sujeito na obra de Karl Marx, com particular atenção à interpretação de que o referido autor possui uma perspectiva determinista. O ponto de partida está nas críticas que Thorstein Veblen efetua. Subsequentemente, são apresentadas passagens de Marx que denotam a participação dos indivíduos nas transformações sociais, indo de encontro à ótica de que esses são tão somente condicionados pelas relações sociais.

Palavras-chave: Karl Marx; metodologia na Economia; História do Pensamento Econômico.

Abstract

This paper aims at discussing the structure-subject relation in Karl Marx, with particular attention to the interpretation that the author is determinist. The starting point are Thorstein Veblen's critics. Subsequently, passages of Marx are presented that show the participation of individuals in social change, going against the point of view that individual is solely conditioned by social relations.

Key words: Karl Marx; methodology in Economics; History of Economic Thought.

Classificação JEL: B14; B15; B41.

1 Introdução

Devido ao seu caráter eminentemente vinculado a aspectos da sociedade, a ciência econômica valeu-se de abstrações e teorizações sobre como é constituída a sociedade e como essa organização influencia a menor parte dela, qual seja, o indivíduo. Em sentido semelhante, hipóteses e conjecturas foram efetuadas para entender como a união de sujeitos forma coletividade.

Sob diversas perspectivas, Karl Marx é interpretado como “determinista”. Essa assunção encontra justificativa em dois aspectos de sua obra: (a) porque ele entende que a sociedade ruma ao fim do capitalismo, fatalisticamente; e (b) porque ele visualiza o indivíduo sendo determinado pela estrutura social.

No que toca ao primeiro ponto, a crítica considera que Marx prevê o futuro, pois ele estaria predeterminado pelo condicionamento histórico. Na concepção vebleniana, Karl Marx e os autores marxistas cometem um erro, ao considerarem apenas o papel da história e das mudanças sociais na configuração da sociedade, já que estariam anulando o indivíduo, sendo este, em última instância,

¹ Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Pesquisador da Fundação de Economia e Estatística.

² Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pesquisador do Programa de Pesquisa Para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

determinado pela sociedade. Tal ângulo de teorização não deixa de ser reducionista, tendo em vista que encontra a explicação causal em todo o tecido da sociedade, ainda que seja submerso em uma realidade específica. A *ontologia organicista*³ rejeita o indivíduo imutável e também rejeita o indivíduo determinado apenas por leis e mudanças sociais. O homem como resultado de circunstâncias socioeconômicas do passado não seria suficiente para explicar o comportamento individual.

A despeito da crítica efetuada ao pensamento determinista de Marx, há contestações a essa interpretação. Adentrando no pensamento de Marx, encontram-se o desenho teórico do indivíduo e as consequentes referências a esse. Nesse cenário, mesmo em Marx, o sujeito não seria tão somente determinado pela sociedade, mas possuiria também capacidade de desenvolver sua personalidade, permitindo um papel ao indivíduo na mudança dos rumos históricos, não sendo, portanto, totalmente passivo aos caminhos coletivos.

Isso posto, o objetivo deste artigo é apresentar o Karl Marx não determinista. No intento de viabilizar tal proposta, são expostas as críticas efetuadas por Thorstein Veblen a Karl Marx, especificamente no que tange ao contingenciamento da conduta individual pelo todo social e suas relações materiais adjacentes, ponto este explorado na seção 2. A seção 3 traz os motivadores dessas críticas dentro do marxismo, a partir de passagens do próprio Marx e de outros autores que fortificam a ideia de que o sujeito é unicamente determinado pela estrutura, sendo sua conduta tão somente impactada pelas condições socioeconômicas em que vive. Na seção 4, rebatem-se as críticas no que toca à ausência do indivíduo, apresentando-o. A seção 5 baseia-se na contracrítica acerca da visão determinística imputada a Marx, lastreando-se em suas próprias palavras. Na seção 6, estão registradas as Considerações finais.

Pautar esse debate traz uma contribuição relevante, ao mostrar que, em Marx, há indivíduo, em termos teóricos, capaz de balizar mudanças sociais. Além disso, o tema traz à tona facetas pouco trabalhadas de Karl Marx, as de *A Ideologia Alemã*, e de Thorstein Veblen, de *The Place of Science in Modern Civilization*.

Tendo-se em vista que uma parcela significativa do debate estabelecido faz referências à interpretação de autores sobre concepções de outros autores, é aqui assumido que a precisão dos termos e conceitos é imperativa. Crucial é, portanto, a utilização das passagens literais dos autores em questão, no intuito de evitar dubiedades nas interpretações, mitigando os palavrórios de suas asserções.

2 O determinismo de Marx em Veblen

³ Pela ontologia organicista, a sociedade é um todo acima das partes, considerando a interação entre as partes e o todo de maneira antagônica à atomística.

Recorrentes são as críticas efetuadas a Karl Marx por ele ser entendido como “determinista”⁴, ao visualizar a sociedade rumar a um determinado modo de produção e ao perceber o sujeito como condicionado pelas relações materiais. No intuito de estabelecer um diálogo teórico, cumpre apontar brevemente algumas das inúmeras⁵ críticas efetuadas por Thorstein Veblen⁶ acerca desse tema.

Veblen compreende que Marx anula o papel do indivíduo nas mudanças sociais, uma vez que sua concepção de indivíduo é o ser social determinado pelas condições históricas. Para Marx, o todo teria primazia para explicar a parte, indo de encontro ao individualismo metodológico, com uma relação causal inversa, na qual a parte explica o todo.

Na ótica vebleniana, a relação de causalidade não é do indivíduo para a sociedade; ela seria duplamente causal, ou seja, haveria influência mútua indivíduo-sociedade. De acordo com a análise de Karl Marx, a atitude humana seria advinda da “coação” do sistema socioeconômico e da inserção no contexto histórico, os indivíduos são levados por um poder que escapa ao controle de cada um. Eles não possuem uma natureza imanente existente, mas são transmutados pelas relações materiais existentes na sociedade.

Um ponto crucial na crítica a Marx é a assunção de que o indivíduo é um reflexo de sua condição material tão somente. Embora haja movimento, mudança no homem, é a própria natureza que o empurra e o movimenta, autodeterminadamente, levando-o a um objetivo final:

⁴ Em outras ciências sociais, o debate sobre o não determinismo em Marx é bastante presente. Na ciência econômica, entretanto, Marx ainda é visto fortemente como determinista.

⁵ Veblen afirma que sua teoria não é autenticamente hegeliana, que possui mais semelhanças com o hedonismo utilitarista de Jeremy Bentham. Critica, ainda, a teoria do valor trabalho, alegando diferenças entre o valor e o custo do trabalho. Sua crítica ao valor trabalho dá-se também porque ele rejeita qualquer elaboração acerca da formação do lucro, já que a produtividade do capital é resultante dos hábitos de distribuição e não fruto da ação empresarial como um todo. Além disso, a teoria do valor trabalho seria uma lei fixa do capitalismo e possuiria, em subjacência, a ideia de equilíbrio, sendo estática na repartição do valor, explicando os salários e os lucros. A aversão de Veblen à noção de equilíbrio explica essas críticas a Marx e também a associação com os utilitaristas. Além disso, a teoria do valor é concebida sob a ótica individual e não coletiva, a análise da produção individual do trabalhador é a análise próxima à utilitarista. Veblen critica, ainda, o fato de Marx ver o socialismo como fruto do movimento consciente dos trabalhadores, assim como o foco único nas relações de produção, dentre outros apontamentos (Veblen, 1952). Não é intenção deste trabalho entrar nessas outras críticas a Marx. Porém salienta-se uma delas. Marx, ao falar sobre Bentham, expressa uma posição próxima à exposta por Veblen. Em suas palavras: “[...] Jeremias Bentham, o oráculo insípido, pedante e tagarela do senso comum burguês do século XIX [...] com seu dogma os fenômenos mais comuns do processo de produção [...] se tornam inteiramente incompreensíveis [...] a existência material do capital variável, isto é, a massa dos meios de subsistência que ele representa para o trabalhador, ou o assim chamado [por Bentham] fundo do trabalho, foi imaginariamente transformada numa parcela particular da riqueza social, cercada por barreiras naturais intransponíveis. Para colocar em movimento a parte da riqueza social que deve funcionar como capital constante ou, expresso materialmente, como meios de produção, requer-se determinada massa de trabalho vivo. Esta é tecnologicamente dada. Mas não é dado nem o número de trabalhadores necessário para realizar essa massa de trabalho, pois isso varia com o grau de exploração da força de trabalho individual, nem o preço dessa força de trabalho, mas apenas seu limite mínimo, que, além do mais, é muito elástico” (Marx, 1984, p. 185-186).

⁶ No tempo em que se trata aqui da leitura efetuada por Veblen, estão sendo considerados conjuntamente aqueles que se inspiram em seu trabalho e desenvolveram suas teorias.

*In the materialistic conception man's spiritual life — what man thinks — is a reflex of what he is in the material respect [...] the dominant norm of speculation and formulation of the theory is the conception of movement, development, evolution, progress [...] the movement is of the nature progress — gradual advance toward a goal, toward the realisation in explicit form of all that is implicit in the substantial activity involved in the movement. The movement is, further, self-conditioned and self-acting: it is an unfolding by inner necessity*⁷ (Veblen, 1952, p. 414).

A vida social seria, portanto, unideterminada em Marx. Apenas o modo de produção e sua consequente luta de classes ditariam o arranjo social e o comportamento do indivíduo:

*The social order takes its form through the class struggle, and the character of the class struggle at any given phase of the unfolding development of society is determined by “the prevailing mode of economic production and exchange”*⁸ (Veblen, 1952, p. 415).

Veblen critica também a visão do conflito de classes inerente às relações produtivas. Marx poderia considerar o conflito de classes como algo inconsciente, porém ele frisa a necessidade de haver consciência no conflito de classes para se ter mudança social. Isso o afasta da mutação darwinista não teleológica⁹. Veblen entende que as transformações sociais se dão por um processo natural, não sendo elas claras e com fins estabelecidos. Mesmo que Veblen concorde que a conscientização sobre a luta de classes traga evolução social, ele discorda da visão teleológica e determinística de Marx. Essa é, portanto, outra faceta que dá a Marx o tom determinístico ao olhar de Veblen: ver um comportamento teleologicamente necessário para rumar ao socialismo. Veblen não discorda de que a luta de classes possa ser relevante para a mudança social e até mesmo altamente eficiente. Porém ele discorda de que seja esse o único caminho, a forma necessária de mudança.

*A consistently materialistic conception, consistently adhering to a materialistic interpretation of the process of development as well as of the facts involved in the process, could scarcely avoid making its putative dialectic struggle a mere **unconscious and irrelevant conflict of the brute material forces**. This would have amounted to an interpretation in terms of opaque cause and effect, without recourse to the concept of a conscious class struggle, and it might have led to a concept of a evolution similar to the untelological Darwinian concept of natural selection. It could scarcely have led to the Marxian notion of a conscious class struggle as the one necessary method of social progress, though it might conceivably, by the aid empirical generalisation, have led to a scheme of social*

⁷ “Na concepção materialista, a vida espiritual do homem — o que o homem pensa — é um reflexo do que ele é no aspecto material [...] a norma dominante de especulação e formulação da teoria é a concepção de movimento, desenvolvimento, evolução, progresso, [...] o movimento é do progresso da natureza — avanço gradual em direção a um objetivo, para a realização em forma explícita de tudo o que está implícito na atividade substancial envolvida no movimento. O movimento é, ainda, autocondicionado e autoatuaante: é um desdobramento inerentemente necessário” (Veblen, 1952, p. 414, tradução nossa).

⁸ “A ordem social tem sua forma através da luta de classes, e o caráter da luta de classes, em qualquer fase de desenvolvimento da sociedade, é determinado pelo ‘modo dominante de produção econômica e de troca’” (Veblen, 1952, p. 415, tradução nossa).

⁹ Teleológico é o que tem um fim previamente conhecido ou que rumo a algo preconcebido.

*process in which a class struggle would be included as an incidental though perhaps highly efficient factor*¹⁰. (Veblen, 1952, p. 416, grifos do autor).

O ápice social de socialismo também é condenado, por ser um objetivo certo e definitivo, teleológico, mais uma vez.

*Neither could it conceivably be asserted to lead up to a final term, a goal to which all lines of the process should converge and beyond which the process would not go, such as the assumed goal of the Marxian process of class struggle, which is conceived to cease in the classless economic structure of the socialistic final term. In Darwinism there is no such final or perfect term, and no definitive equilibrium*¹¹. (Veblen, 1952, p. 416-417).

Nesse contexto, Marx, de acordo com Veblen, negaria a busca de melhoria social e deixaria o homem à mercê das circunstâncias históricas, anulando o papel do indivíduo nas mudanças sociais. Veblen entende ter o indivíduo um papel no desenvolvimento social, não sendo, portanto, apenas um ser determinado pela sociedade. Desse modo, Marx consideraria que o indivíduo não é atuante em sua própria vida. O marxismo não explicaria o porquê de as pessoas terem objetivos particulares, desejos estes que são reflexo das individualidades.

Enquadrar os agentes como tão somente participantes de uma classe social diz pouco sobre seus hábitos e pensamentos, pontua Hodgson (1998, p. 419), em acordo com Veblen: “*The class position of an agent — exploiter or exploited — does not imply that that (sic) person will be impelled towards any particular view of reality or any particular pattern of action*”¹².

Hodgson (1997) entende que a teorização com base no holismo¹³ não deixa de ser reducionista, tendo em vista que encontra a explicação causal em todo o tecido da sociedade, ainda que seja submerso em uma realidade específica. O homem como resultado de circunstâncias socioeconômicas do passado não seria suficiente para explicar o comportamento individual (Hodgson, 1998).

¹⁰ “Uma concepção materialista consistentemente aderida à interpretação materialista do processo de desenvolvimento, bem como dos fatos envolvidos no processo, dificilmente poderia evitar fazer de sua luta dialética um mero *conflito inconsciente e irrelevante das forças materiais*. Essa teria sido uma interpretação em termos de causa e efeito pouco clara, sem recorrer ao conceito de luta de classes consciente, e que poderia ter levado a um conceito de uma evolução semelhante ao conceito não teleológico de seleção natural darwiniana. Essa visão dificilmente poderia levar à noção marxista de luta de classe consciente como o método necessário do progresso social, embora possa conceber, pela ajuda da generalização empírica, levar a um esquema de processo social em que a luta de classes seria incluída como um fator acidental, embora, talvez, altamente eficiente” (Veblen, 1952, p. 416, grifos do autor, tradução nossa).

¹¹ “Não é concebível afirmar um objetivo final, ao qual todas as linhas do processo devem convergir e além do qual o processo não iria, como a meta assumida do processo marxista da luta de classes, que cessaria no termo final da estrutura de classes socialista. No darwinismo, não existe tal termo final ou perfeito, e nenhum equilíbrio definitivo” (Veblen, 1952, p. 416-417, tradução nossa).

¹² “A posição de classe de um agente — explorador ou explorado — não significa que essa pessoa (sic) será impelida para qualquer visão particular da realidade, ou qualquer padrão particular de ação” (Hodgson, 1998, p. 419, tradução nossa).

¹³ O holismo, em oposição ao individualismo metodológico, assume que a soma das partes não explica o todo, mas, sim, o contrário, o todo determina as partes.

Isso posto, identifica-se, portanto, a rejeição da proposição vinculada a Marx de um excesso de determinação da estrutura sobre o indivíduo. Para Veblen, a interdependência entre os indivíduos faz com que eles não sejam explicados apenas em termos sociais, culturais e econômicos. As causações ocorrem em ambos os sentidos, de maneira cumulativa, não fixa e nem definitiva. Na mesma linha, o autor considera que, em Marx, é possível prever o futuro, pois ele estaria predeterminado pelo condicionamento histórico, ao contrário de sua posição, que entende o indivíduo e a estrutura social como imprevisíveis e em constante mutação. Entendimento seguido por Hodgson (1997, p. 12): “*Just as structures cannot be adequately explained in terms of individuals, individuals cannot adequately be explained in terms of structures*”¹⁴.

Há que se destacar, entretanto, que Veblen não se opõe frontalmente à posição marxista, apenas a entende como limitada, uma vez que ela se restringe aos elementos socioeconômicos e não considera o elemento individual. As questões acima expostas encontram ancoradouro nas próprias passagem de Marx e nos marxistas, como é desenvolvido na seção seguinte.

3 O determinismo de Marx em Marx

A leitura efetuada de Marx encontra justificativa em passagens do próprio autor. É comumente entendido que, em Marx, o indivíduo se modifica pela formação recebida de seu meio sociocultural, o qual penetra na consciência do homem, de modo a contribuir em seus nexos. Nessas bases, os valores dos homens seriam determinados pela sua existência, pelas suas relações materiais (Demo, 1985). Ratificadas nessa estrutura¹⁵, fundamentam-se as instituições políticas, as ideologias, os códigos morais, os conhecimentos filosóficos e científicos, enfim, toda a *superestrutura*¹⁶.

[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material *condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos*

¹⁴ “Assim como as estruturas não podem ser adequadamente explicadas em termos dos indivíduos, os indivíduos não podem ser adequadamente explicados em termos das estruturas” (Hodgson, 1997, p. 12, tradução nossa).

¹⁵ O termo “estrutura” é aqui entendido como as relações produtivas da sociedade. Também designado como “base” econômica sob a qual se ergue a organização social. Na “base” está também o indivíduo; quando for assim assumido, haverá a devida notação.

¹⁶ A superestrutura é o outro nível social. Perpassa o eixo central deste estudo a relação entre a estrutura, a sociedade como um todo e o indivíduo. Ou seja, se há ou não uma autonomia relativa da superestrutura em relação à base, ou se há uma ação de retorno da superestrutura sobre a base. A Marx é comumente referido que a estrutura, a base econômica, determina a superestrutura e a consciência social dela decorrente.

homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (Marx, 1982, p. 25, grifos nossos).

Em ideia semelhante, mas em outro livro, Marx e Engels salientam o condicionamento que as forças produtivas impõem:

[...] a massa das forças produtivas acessíveis aos homens determina o estado social, e que se deve por conseguinte estudar e elaborar incessantemente a “história dos homens” em conexão com a história da indústria e das trocas (Marx; Engels, 2001, p. 24).

Determinação que viria não apenas da sociedade¹⁷, mas também da interdependência entre os indivíduos, formando, assim, a consciência individual:

[...] a consciência é, portanto, de início, um produto social e o será enquanto existirem homens. Assim, a consciência é, antes de mais nada, apenas a consciência do meio sensível *mais próximo* e de uma interdependência limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo que toma consciência; é ao mesmo tempo a consciência da natureza que se ergue primeiro em face dos homens como uma força fundamentalmente estranha, onipotente e inatacável [...] o comportamento limitado dos homens face à natureza condiciona, por sua vez, suas relações limitadas com a natureza [...] (Marx; Engels, 2001, p. 25, grifos dos autores).

As citações acima expostas são ícones da perspectiva de que Marx visualiza o “indivíduo” como um conjunto de relações sociais. A história e as mudanças sociais que alterariam o homem e sua consciência nascem fora dele. O homem inserido no modo de produção capitalista é encoberto por suas relações sociais; ao tempo em que o próprio trabalho do homem é tornado uma coisa social, as relações entre os trabalhadores são ocultadas, restringidas.

A face da análise histórica em Marx torna-se nítida no redesenho do vínculo interpessoal que se processava, baseado em laços familiares, religiosos ou estamentais, durante as relações pré-capitalistas. No entendimento de Marx, essa configuração limitava o espírito individualista. Mesmo que a junção social fosse hierárquica, os seus laços eram calcados na fidelidade (Paulani, 2005; Prado, 1991). A identidade individual era pouco definida, escondida atrás dos valores comunais. Os vínculos existentes impunham barreiras ao individualismo.

Conforme expõe Paulani (2005), é a dissolução dessas relações tradicionais, ocorrida com a expansão do capitalismo, que afirma o individualismo. O reflexo desse movimento é o homem que calcula seus fins e meios em vista de seu interesse.

[...] nas comunidades tribais primitivas, existia a igualdade, mas não o indivíduo. A busca do interesse próprio não tinha ainda canais para se conduzir. E isto porque a propriedade não era aí privada, era comunal, ou seja, a relação de posse era antes social do que individual. Mesmo civilizações mais adiantadas, como as da

¹⁷ Nos termos de Marx e Engels (2001, p. 33): “[...] a sociedade civil compreende o conjunto das relações materiais dos indivíduos dentro de um estágio determinado de desenvolvimento das forças produtivas. Compreende o conjunto da vida comercial e industrial [...]”.

antiguidade clássica, na qual existia algo mais parecido com a moderna propriedade privada, ainda aí era a comunidade o pressuposto da propriedade. (Paulani, 2005, p. 85).

De acordo com a autora, a noção de propriedade privada é um dos mais expressivos elementos que empurra o indivíduo ao autointeresse. Nesse ponto, independentemente da vontade, o homem, inconscientemente, torna-se individualista, há a “obediência a ordens superiores” (Paulani, 1995). O indivíduo, que pensa ser autônomo, é, na verdade, uma parte de uma estrutura e é forçado a agir de maneira individualista, já que não lhe resta escolha nesse modo de produção.

As relações econômicas mercantilizam-se e tornam-se impessoais, deixam de ser entre pessoas e passam a ser entre objetos. Isso acarreta perda da humanização antes existente na junção social, a sociedade molda--se a partir do autointeresse, desvinculando o indivíduo dos laços comunitários.

Dito de outra maneira, as relações sociais aparecem “[...] como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos” (Marx, 2008, p. 95). Nesse substrato, a busca material deixa de ser um meio para a vida, transformando-se em fim dela.

Na esteira dessas transformações, os valores passam a ser ditados pelas relações de produção. Na nova conjunção, o consumo ganha destaque, o produto do trabalho fica oculto, assim como suas adjacentes relações sociais. O dinheiro assume o papel principal, e esse fica superior ao homem, dominando as relações de produção: “[...] cria-se assim o fundamento para a supremacia do dinheiro e das relações monetárias, e para o reflexo invertido das relações sociais de produção na consciência dos participantes” (Rosdolsky, 2002, p. 118). Tendo o dinheiro como elo da sociedade, os interesses individualistas fortificam-se, levando ainda à desvinculação de laços pessoais e ao distanciamento das questões coletivas.

A “determinação” externa ocorre porque a criação humana ganha vida própria, com leis próprias e que escapam do controle humano, autonomizando-se e ficando maior do que o indivíduo. Nesse ponto, a obra dos homens desconecta-se deles e torna-se “indiferente” aos indivíduos:

[...] as forças produtivas se apresentam como completamente independentes e desligadas dos indivíduos, como um mundo à parte, ao lado dos indivíduos. Isso tem sua razão de ser porque os indivíduos, dos quais são as forças, existem como indivíduos dispersos em oposição uns aos outros, enquanto essas forças, por outro lado, só são forças reais no comércio e na interdependência desses indivíduos. Portanto, por um lado, uma totalidade das forças produtivas que assumiram uma espécie de forma objetiva e não são mais para esses indivíduos as suas forças [...] (Marx; Engels, 2001, p. 81).

A alienação¹⁸ é a força que escapa ao controle, é o impacto do produto do homem sobre o indivíduo e sobre a sociedade. Em certo ponto, os produtos da sociedade ganham autonomia e

¹⁸ Em que pese a serem faces do mesmo processo, existem diferentes formas de alienação. Mesmo Marx utiliza distintas acepções em *A Ideologia Alemã*, *O Capital* e *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Ela pode designar a

subordinam o homem, limitando seu desenvolvimento, sua liberdade e tolindo-o de parte de sua humanidade. O que os homens constroem acaba subordinando-os.

Nessa mesma linha, Prado (1991) considera que a organização social traz um consenso de “cada um por si”, reflexo da interação social, sendo ela explicável a partir das relações materiais e não pelo espírito humano. O autointeresse reina em determinadas condições, isto é, diretamente influenciado pela época e pelo meio no qual ocorre. Nesses termos, o meio teria a capacidade de determinar o indivíduo, sendo este, assim, mutável (Paulani, 2005). Desse modo, a concepção marxista¹⁹ encontraria, na sociedade, a explicação do comportamento individual, ainda que Marx não desconsidere a interação da economia com a sociedade.

4 O indivíduo em Marx

A despeito de haver uma leitura de que, em Marx, o indivíduo está à mercê da história, essa ótica não é consensual. Pelo contrário, essa análise é polemizada. A crítica da inexistência de “indivíduo” em Marx possuiu consistência nas próprias palavras de Marx, assim como em autores que com ele se identificam, conforme destacado na seção anterior. Ainda assim, mesmo que a definição do “indivíduo” não seja clara e nem precisa, ela pode ser localizada em sua obra. Na passagem abaixo, Marx situa o indivíduo enquanto ser vivo, com força vital:

O homem é imediatamente ser natural^[20]. Como ser natural, e como ser natural vivo, está, por um lado, munido de *forças naturais*, de *forças vitais*, é um ser natural *ativo*; estas forças existem nele como possibilidades e capacidades (*Anlagen und Fähigkeiten*) como *pulmões*; por outro, enquanto ser natural, corpóreo^[21], sensível, objetivo, ele é um ser que *sofre*, dependente e limitado, assim como o animal e a planta, isto é, os *objetos* de suas pulsões existem fora dele, como *objetos* independentes dele [...] um ser que não tenha sua natureza fora de si não é um ser *natural*, não toma parte na essência da natureza (Marx, 2004, p. 127, grifos do autor).

subjugação pelo capital, a propriedade privada, o distanciamento dos indivíduos entre si, impossibilidade de se apropriar de seu trabalho, a inconsciência do indivíduo. Ela possui facetas espirituais, ideológicas, sociopolíticas, econômicas, advindas das relações inter-humanas, do Estado. Pode representar exploração e comando do trabalho. Não serão detalhados aqui todos os aspectos da alienação, o ponto que mais interessa aqui é a alienação relacionada às questões econômicas. É possível encontrar uma segmentação mais precisa de alienação em Garaudy (1964) e em Schaff (1967). Campregher (1993) também traz aspectos da alienação não tratados aqui.

O ponto que mais interessa aqui é a alienação relacionada às questões econômicas.

¹⁹ Há que se destacar que o marxismo possui diversas facetas. Explora-se aqui a interpretação vista por Veblen e pelos neo-institucionalistas acerca do marxismo.

²⁰ Ser natural é o que faz parte da natureza. Já o “real” é o concreto, com instintos.

²¹ O ser que possui o corpo, forças vitais e necessidades vitais.

Mesmo em sua “definição” de indivíduo, Marx encontra parte do homem fora de si, na exteriorização, inclusive para se manter vivo. Essa exteriorização se localiza nas relações sociais estabelecidas pelo indivíduo:

[...] o indivíduo é o *ser social*. Sua manifestação de vida [...] é, por isso, uma externalização e confirmação da *vida social* [...] o homem — por mais que seja, por isso, um indivíduo *particular*, e precisamente sua particularidade faz dele um indivíduo e uma coletividade efetivo-individual (*wirkliches individuelles Gemeinwesen*) — é, do mesmo modo, tanto a totalidade [...] (Marx, 2004, p. 107-108, grifos do autor).

De toda sorte, o sujeito reconhece a si e à sua individualidade. Em suas discussões filosóficas, Marx salienta a consciência de si como uma qualidade eminentemente humana: “[...] a questão principal é que o *objeto* da *consciência* nada mais é do que a *consciência-de-si*, ou que o objeto é somente a *consciência-de-si objetivada*, a *consciência-de-si* enquanto objeto” (Marx, 2004, p. 124, grifos do autor).

Para além do ser natural, com seu corpo e em vida, o indivíduo possui consciência de si, o que o distingue dos demais animais. Essa habilidade lhe permite afirmar-se e apoiar-se em seu saber, nas palavras de Marx (2004, p. 128):

Mas o homem não é apenas ser natural, mas ser natural *humano*, isto é, ser existente para si mesmo (*für sich selbst seiendes Wesen*), por isso, *ser genérico*, que, enquanto tal, tem de atuar e confirmar-se tanto em seu ser quanto em seu saber.

Nesse ponto, mais nítida fica a perspectiva de Marx de que o homem tem sua faceta natural, corpórea, que o caracteriza como “vivo”. Outra faceta é o ser social, que forma parte de si pelo o que vem de fora, da sociedade, mas com espaço para as suas peculiaridades intrínsecas. O indivíduo isolado é algo inconcebível sob o ponto de vista de Marx, já que parte dele está na soma das condições sociais. Em sentido semelhante, ele se transforma, não é imutável. Ele vive em condições históricas específicas, dadas pelas gerações anteriores, sendo o indivíduo formado pelas condições sociais e pela sua consciência: “[...] o homem é um produto da ontogênese, um produto social quanto às suas concepções, opiniões, juízos de valor — num determinado grau de evolução biológica, lentamente modificada” (Schaff, 1967, p. 72).

Em sua concepção de indivíduo, Marx considera, fundamentalmente, três elementos: (a) o indivíduo como parte da natureza; (b) a faceta do indivíduo que é reflexo das relações sociais através de juízos e sistemas de valores; e (c) a capacidade de alterar a realidade, particularmente através do trabalho, fruto da autocriação.

A distinção entre os homens e os animais está na consciência de sua atividade. O homem escolhe, não age apenas instintivamente, como os animais. Em termos genéricos, o homem é tudo o que há de comum em todos eles: biologicamente, fisiologicamente e anatomicamente. Além dos

aspecto físico e biológico, o homem é um ser social, que reparte tarefas, vive na sociedade, é transformado por ela e é consciente de sua atividade.

A faceta biológica é “imutável”. Contudo o que há de produto de relações sociais é mutável e diferenciável, através das aptidões intelectuais, dos hábitos, dos costumes, das reações a si peculiares. Na natureza em geral, existe uma forma concreta alterada historicamente e existe uma parte a-histórica, que substancia a realidade.

Acerca da capacidade de alterar a realidade objetiva, Marx e Engels são claros, ao afirmarem que o indivíduo a impacta, é capaz de distribuir e difundir pensamentos.²²

[...] os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também *uma consciência*, e conseqüentemente pensam; na medida em que dominam como classe e *determinam uma época histórica* em toda a sua extensão, é evidente que esses indivíduos dominam em todos os sentidos e que têm uma posição dominante, entre outras coisas também como seres pensantes, como produtores de idéias, *que regulamentam a produção e a distribuição dos pensamentos* de sua época; suas idéias são portanto as idéias dominantes de sua época. (Marx; Engels, 2001, p. 48-49, grifos nossos).

Há, portanto, a capacidade de difundir ideias, que se podem fortificar através de um grupo. Mas, além dessa, existe a influência que o indivíduo exerce sobre si, embora condicionado à sua realidade histórica.

Os indivíduos sempre partiram de si mesmos, naturalmente não do indivíduo “puro”, no sentido dos ideólogos, mas sim deles mesmos, dentro de suas condições e de suas relações históricas. (Marx; Engels, 2001, p. 94).

Schaff (1967) entende ser uma leitura superficial a ideia de que Marx vê o homem tão somente determinado pela sociedade. Isto porque existem diversas etapas do pensamento de Marx, segmentadas entre o Marx jovem e o Marx maduro. O primeiro, sobretudo, reconhece o papel do indivíduo na história.

Embora as obras do homem exerçam força e poder sobre o indivíduo, alienando-o, o jovem Marx vê o homem como central, mesmo que o Marx maduro se detenha nas questões econômicas “estruturais”. Segundo Schaff (1967), o objetivo último de Marx é desenvolver a personalidade humana e sua felicidade. Para tanto, faz-se necessário combater a alienação econômica, e, por isso, o foco do Marx maduro altera-se. Não que os estudos sobre as relações econômicas passem a ser um fim em si mesmos, mas um meio para combater a alienação. Nesse sentido, há que se efetuar a análise do Marx maduro à luz do jovem, sem descontextualizar alguns trechos que transpassem uma ideia equivocada.

E, mesmo na célebre passagem em que Marx define o indivíduo como ser social, pela sociedade formado, há a utilização do termo “condiciona”, ao identificar como a vida material influencia a vida social, política e espiritual. Em contradição à citação destacada, que trata do

²² Nesse trecho, em particular, os autores debatem acerca dos indivíduos da classe dominante.

impacto da estrutura sobre a consciência do homem, são encontradas, em Marx, inúmeras passagens que salientam a relação causal inversa. O homem não está tão somente determinado pelas relações históricas e pelos rumos da sociedade, a ele cabe um papel capaz de fazer a realidade:

A história não faz nada, ela “não possui uma enorme riqueza”, ela “não trava combates”! Ao contrário, *é o homem*, o homem real e vivo que faz tudo isso, possui tudo isso e conduz todos esses combates; não é, estejais certo disso, a “história” que serve do homem como meio para realizar — como se ela fosse uma pessoa à parte — seus próprios fins; ela é apenas a atividade do homem que busca seus próprios fins (Marx, 1987, p. 93, grifos do autor).

Assim, Marx teria, de fato, concentrado seus escritos nas relações concretas, tendo em mente a coação que a estrutura exerce sobre os indivíduos, limitando sua conduta. Contudo seu enfoque econômico deu-se para entender os segredos da alienação. Livre da alienação, o homem poderia desenvolver sua personalidade e aprimorar-se. O fim da alienação atingiria, em última instância, a mitigação do sofrimento das massas, observável na miséria, na fome, na morte.²³

Outro elemento relevante nessa análise é que o objetivo de *A Ideologia Alemã* é criticar o idealismo alemão. Marx e Engels criticam a construção de teorias que partem das ideias e não observam a realidade concreta. Assim, sua ênfase primordial fica na identificação da história como uma grande articuladora da realidade social, no sentido de ir de encontro ao idealismo, ancorada na “percepção” e na “intuição” tão somente. Nesse sentido, é frisado o impacto que o passado, a construção histórica, exerce sobre o indivíduo. Marx e Engels visam antagonizarem-se a Feuerbach²⁴:

[...] [Feuerbach] não vê que o mundo sensível que o cerca não é um objeto dado diretamente, eterno e sempre igual a si mesmo, mas sim o produto da indústria e do estado da sociedade, no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, sendo que cada uma delas se alça sobre os ombros da precedente [...] Os objetos da mais simples “certeza sensível” são dados a Feuerbach apenas pelo desenvolvimento social, pela indústria e pelas trocas comerciais.^[25] (Marx; Engels, 2001, p. 43).

Nessa medida, a visão “distorcida” que é atribuída a Marx e a Engels, em parte, justifica-se, porque os autores visavam criticar o idealismo descolado da realidade concreta. Esse, para eles, fica no plano das ideias e desconsidera o condicionamento dado pelas relações materiais. Nesse intento,

²³ Em última análise, para além de constatar a realidade e da “pureza” científica, Marx primava pela melhoria social. Ele condenava a situação proporcionada pelo modo capitalista de produção: “Grande beleza da natureza os fantasiosos trapos com que se vestem os pobres ingleses e a carne mirrada e enrugada das mulheres roídas pelo trabalho e pela miséria; as crianças que jazem no esterco; os abortos provocados pelo excesso de trabalho no uniforme mecanismo das fábricas! E os graciosíssimos últimos detalhes da prática: a prostituição, o crime e a força!” (Marx, 2011, p. 145). “[...] esta dilaceração, esta infâmia, esta escravidão da sociedade civil [...]”. (Marx, 2011, p. 149).

²⁴ Não será aqui detalhada a crítica de Marx e Engels a Feuerbach, tema amplamente debatido e que não está no centro da discussão aqui formada. É atentado aqui o fato de essa crítica justificar a ênfase histórica supostamente determinística.

²⁵ Essa citação vai ao encontro da crítica de Veblen e dos neoinstitucionalistas ao positivismo sobre a realidade perene, imutável.

acentuam o impacto da história sobre o homem, ignorado por Feuerbach. Conforme destacado anteriormente, essa posição não faz Marx e Engels desconsiderarem a relação entre a estrutura e o sujeito. Ao contrário, eles protestam contra a separação entre o homem natural e a história.²⁶

[...] como se o homem não se achasse sempre em face de uma natureza que é histórica e de uma história que é natural. [...] a tão célebre “unidade do homem e da natureza” existiu em todos os tempos [...]. (Marx; Engels, 2001, p. 44).

Os autores colocam que a realidade está carregada de sentido e de finalidade humana. A ação humana de diversas gerações faz a história e transforma a realidade. Esta é, portanto, obra do homem. Marx e Engels desejam frisar de maneira contundente e em oposição a Feuerbach: há que se considerar a base material nas análises da sociedade. Porém não deixam de lado o indivíduo. Eles desejam adicionar, na análise da sociedade, a própria sociedade e a história que ela forma.

[...] ele [Feuerbach] se contenta com a teoria e não considera os homens em seu determinado contexto social, em suas reais condições de vida, que deles fizeram o que hoje são; e o fato é que ele nunca chega aos homens que existem e agem realmente [...] Nunca chega, portanto, a considerar o mundo sensível como a soma da *atividade* viva e física dos indivíduos que o compõem [...]. (Marx; Engels, 2001, p. 44, grifo do autor).

5 O não determinismo em Marx

Conforme salientado na seção anterior, é destacável, na obra de Marx, o indivíduo. Persiste a crítica de que esse indivíduo estaria à mercê dos fatos históricos. Prisma não consensual, mais uma vez. Sob outra ótica, o homem não estaria subjugado e sujeito à história, tão somente. Embora o domínio da estrutura *alien*e o indivíduo, sendo os objetos e as condições sociais mais fortes do que ele, há outros elementos a serem considerados.²⁷

Marx e Engels identificam um domínio da estrutura, a despeito de ser construída pelos homens. Efetuam, porém, uma clara negação da total autonomia dessa esfera estrutural sobre os homens, negam também a completa autonomia individual. O homem não é apenas determinado pela estrutura e também não é absolutamente livre para guiar todas as frentes de sua vida. Ele está parcialmente condicionado e possui, ao mesmo tempo, a capacidade de criar o outro e criar-se. A referida passagem dá-se no tempo em que discutem a “nova” organização social comunista:

Esta concepção pode ser, por sua vez, concebida de maneira especulativa e idealista, isto é, fantasiosa, como “geração do gênero por si mesmo” (a “sociedade enquanto sujeito”) e, por isso, mesmo a série sucessiva dos indivíduos em relações

²⁶ Nesse trecho, Marx e Engels efetuam críticas a Feuerbach e a Bruno Bauer. Ao primeiro, acerca de sua concepção do mundo sensível limitado à “sensação” e não como produto da história. A crítica ao segundo refere-se à separação entre a “natureza” e a “história”, as quais, para os autores, não devem ser separadas. O homem transforma a natureza, humaniza-a e, assim, faz a história.

²⁷ Parece um truismo a visão de que o homem muda o mundo e que o mundo muda o homem, ainda assim, em termos teóricos, tal fato não é estritamente claro.

uns com os outros pode ser representada como um indivíduo único que realizaria esse mistério de gerar a si mesmo. Vê-se então que os indivíduos se criam *uns aos outros*, no sentido físico e no moral, mas não se criam, nem no sentido absurdo de São Bruno^[28] nem no sentido “único”, do homem “feito por si mesmo” [...] (Marx; Engels, 2001, p. 35, grifos do autor).

Em assim sendo, o primeiro ponto que fica mais nítido é que Marx e Engels reconhecem a imposição do sistemas sobre os indivíduos, mas visualizam também a possibilidade de “eliminar” esse condicionamento:

[...] na verdade, é também um fato indubitavelmente empírico que, na história decorrida até hoje, com a extensão da atividade, no plano universal, os indivíduos foram cada vez mais submetidos a uma força que lhes é estranha [...] o *mercado mundial*. [...] então a libertação de cada indivíduo em particular se realizará exatamente na medida em que a história se transformar completamente em história mundial (Marx; Engels, 2001, p. 34, grifos do autor).

Não é em quaisquer tempo e espaço que o homem consegue a liberdade plena. Apenas em uma fase de revolução, o indivíduo atingiria a sua completude e seria capaz de agir sem a restrição imposta pela sociedade capitalista:

[...] é somente nesse estágio [revolução] que a manifestação da atividade individual livre coincide com a vida material, o que corresponde à transformação dos indivíduos em indivíduos completos e ao despojamento de todo o caráter imposto originalmente pela natureza; a esse estágio corresponde a transformação dos intercâmbios condicionados existentes num intercâmbio dos indivíduos como tais (Marx; Engels, 2001, p. 84).

O homem é um ser natural, corpóreo, com características biológicas e físicas naturais “imutáveis”. Possui consciência de si e do que faz, o que o distingue dos demais animais. O indivíduo, em Marx, é, com certeza, grandemente formado e condicionado pela estrutura material das relações sociais. As forças produtivas capitalistas restringem as alternativas de acessar as mercadorias, alienam o operário, inibem o desenvolvimento da personalidade. Contudo o indivíduo possui a capacidade de refletir sobre si, formar-se e formar os outros. Não sendo a realidade imutável, ao contrário, é passível de mudança,²⁹ os autores identificam a possibilidade de o indivíduo se desenvolver e mitigar o condicionamento existente advindo das relações capitalistas. Marx e Engels idealizam e teorizam a transformação dessas relações sociais. Para tanto, veem a necessidade da participação do indivíduo com uma consciência nova. Em novas bases, com um indivíduo transformado, o condicionamento das forças produtivas também se alteraria.

Uma ampla transformação dos homens se faz necessária para a criação em massa dessa consciência comunista [...] uma tal transformação só se pode operar por um

²⁸ Marx e Engels fazem referência ao Filósofo, Teólogo e Historiador Bruno Bauer.

²⁹ Há que se destacar que, nesse ponto, e em outros trechos de *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels parecem visualizar que a alteração do modo de produção mudaria o sujeito, por ele não estar mais subordinado às relações capitalistas, encontrando-se, portanto, livre para desenvolver-se. Outros trechos do mesmo trabalho trazem um papel ao próprio sujeito nessa mudança.

movimento prático, por uma *revolução* [...]. (Marx; Engels, 2001, p. 86, grifo do autor).

Ainda nesse ponto, o “aprimoramento” do indivíduo necessitaria de uma mudança na base da sociedade, através da implantação do socialismo e do fim da alienação, e, em paralelo, o indivíduo precisaria transformar seus valores, para que esses fossem compatíveis como um sistema econômico mais solidário e menos egoísta, a despeito do impacto que a mudança da estrutura efetue sobre o homem. Desse modo, embora a superestrutura afete o homem, ele possui sua influência sobre a superestrutura, mesmo porque, indubitavelmente, o homem influencia a história e forma a sociedade.

A opinião pública não se forma apenas de maneira espontânea, como superestrutura que reflete as modificações na base da sociedade. Podemos influenciar, de modo consciente, a sua formação, embora, por certo, obedecendo à sua orientação e ao tempo de sua evolução. (Schaff, 1967, p. 37).

A consciência social, nessa interpretação, não estaria limitada à forma de produção, rebecendo, contudo, influência desta. Apesar de o indivíduo auxiliar na transformação da estrutura e da superestrutura, tal mudança não é instantânea, já que essas possuem certa rigidez para se transformarem: “[...] e a consciência posterior foi sempre atribuída aos indivíduos anteriores” (Marx; Engels, 2001, p. 84-85). Logo, ainda que haja alguma autonomia na superestrutura, a qual possui leis próprias, ela não é totalmente autônoma e autodeterminada, já que os homens a constroem. Dessa feita, haveria uma bicausalidade entre o sujeito e a estrutura, tendo uma certa defasagem temporal.

Uma transformação vislumbrada por Marx e Engels não ocorre pela única vontade dos indivíduos que constroem a si mesmos. Tampouco se dá espontaneamente, nos rumos trilhados pela história. É um processo recíproco.

Esta concepção^[30] mostra que [...] a cada estágio são dados um resultado material, uma soma de forças produtivas, uma relação com a natureza e entre os indivíduos, criados historicamente e *transmitidos a cada geração por aquela que a precede*, uma massa de forças produtivas, de capitais e de circunstâncias, que, por um lado, são bastante modificados pela nova geração, mas que, por outro lado, ditam a ela suas próprias condições de existência e lhe imprimem um determinado desenvolvimento [...] *as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem circunstâncias*. (Marx; Engels, 2001, p. 35, grifos nossos).

Na história, há um pouco de passado e um tanto de mudanças efetuadas pelos indivíduos. Cada estágio da história é “[...] ao mesmo tempo a história das forças produtivas que se desenvolvem e são retomadas por cada geração nova e é também a história do desenvolvimento das forças dos próprios indivíduos” (Marx; Engels, 2001, p. 89).

³⁰ Nessa passagem, Marx e Engels fazem referência à visão deles da história, que vai de encontro à perspectiva idealista.

Marx e Engels visualizam a bivalência do processo, “permitindo” ao indivíduo interferir no futuro:

[...] a história não é senão a sucessão das diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais, as forças produtivas que lhe são transmitidas pelas gerações precedentes; assim sendo, cada geração, por um lado, continua o modo de atividade que lhe é transmitido, mas em circunstâncias radicalmente transformadas, e, *por outro, ela modifica as antigas circunstâncias* (Marx; Engels, 2001, p. 47, grifos nossos).

Em outro trecho de outro livro, Marx reforça a mesma ideia: a de que, ao mesmo tempo em que a sociedade forma o homem, ele se forma e a própria sociedade:

[...] o homem produz o homem, a si mesmo e ao outro homem; assim como [produz] o objeto, que é o acionamento (*Betätigung*) imediato da sua individualidade e ao mesmo tempo a sua própria existência para o outro homem [...] o caráter *social* é o caráter universal de todo o movimento; assim como a sociedade mesmo produz o *homem* enquanto *homem*, assim ela é produzida por meio dele (Marx, 2004, p. 106, grifos do autor).

Marx expõe textualmente que o capitalista segue seu interesse e que, comumente, esse interesse vai de encontro ao interesse coletivo, conflito este inerente ao modo de produção capitalista.

O interesse desta classe [capitalista] não tem, portanto, como as outras duas, a mesma ligação com o *interesse geral da sociedade*... O interesse particular daqueles que exploram um ramo do comércio ou da manufatura é, em certo sentido, sempre diferente do [interesse] do público e, freqüentemente, até mesmo *contraposto a ele de maneira hostil* [...] Esta é uma classe de gente cujo interesse jamais será exatamente o mesmo da sociedade, [de gente] que tem em geral um interesse, *o de enganar e sobrecarregar o público* (Marx, 2004, p. 46-47, grifos nossos).

A perseguição do autointeresse reina dentro do capitalismo: “[...] cada um é livre para permutar sua coisa como entender, sem outra consideração que não seja o próprio interesse do indivíduo” (Marx, 2004, p. 55).

Dessa feita, a transformação necessária dos indivíduos é aquela que dá autossustentação ao socialismo, qual seja, a que faz confluir o interesse individual ao interesse coletivo, eliminando o desequilíbrio interno do homem como membro da sociedade burguesa e membro da comunidade, que gera o conflito de interesses entre o indivíduo e a sociedade. Abolir esse desequilíbrio é, em última instância, inibir o egoísmo.

Sendo parte desse comportamento incentivado pelas relações capitalistas, sem estas, a conduta egoísta deixaria de obter influência da estrutura econômica, não sendo, entretanto, suficiente para mitigá-la.

A divisão do trabalho implica também a contradição *entre o interesse do indivíduo isolado ou da família e o interesse coletivo de todos os indivíduos* que mantêm relações entre si [...] [assim] enquanto há cisão entre o interesse particular e o interesse comum [...] a própria ação do homem se transforma para ele em força

estranha, que a ele se opõe e o subjuga, em vez de ser por ele dominada (Marx; Engels, 2001, p. 28, grifos nossos).

Marx e Engels visualizam a contradição entre o interesse privado e o interesse coletivo nas relações capitalistas, as quais empurram o indivíduo ao autointeresse. Fica explícito, porém, que, na passagem acima, os autores enxergam que o fim das relações capitalistas³¹ viabiliza o pleno desenvolvimento da capacidade do indivíduo. Os indivíduos reais e concretos vivem sob a alienação, que deforma a sua evolução e mutila o pleno desenvolvimento da personalidade humana.

Não basta, entretanto, apenas uma mudança estrutural, tampouco é suficiente apenas o indivíduo querer mudanças. Mais do que salientar o papel de ambos, Marx e Engels condicionam a existência dessas duas forças para a transformação social mais profunda (revolução):

[...] são igualmente essas condições de vida, que as diversas gerações encontram prontas, que determinam se a comoção revolucionária, produzida periodicamente na história, será suficientemente forte para derrubar as bases de tudo o que existe; os elementos materiais de uma subversão total são, por um lado, as forças produtivas existentes [o que existe, a estrutura] e, por outro, a formação de uma massa revolucionária que faça a revolução [a práxis, a revolta do indivíduo] [...] se essas condições não existem [massa revolucionária e formação histórica das forças produtivas], é inteiramente indiferente, para o desenvolvimento prático, que a *idéia* dessa subversão já tenha sido expressada mil vezes... [...] (Marx; Engels, 2001, p. 37, grifo do autor).

De um lado, a realidade é um produto dos homens e por eles transformada. De outro, há independência e autonomia dela, como subproduto dos acontecimentos históricos. Ao mesmo tempo, a personalidade³² não é dada, até pelo seu caráter social, que é historicamente mutável, sendo, ao mesmo tempo, única e irrepetível.

O indivíduo humano possui liberdade de escolha, e a evolução histórica é o desenvolvimento da junção de atividades conscientes dos homens³³ e de uma fração de movimento espontâneo³⁴. Existe uma individualidade inquestionável, ao mesmo tempo em que não existem indivíduos independentes. Todos dependem uns dos outros na sociedade. O homem contribui para a sociedade, é, em parte, produto e depende dela: “[...] os homens agem de forma consciente, a consciência não é uma mônade espiritual independente do mundo objetivo, é, sim, condicionada por tal mundo” (Schaff, 1967, p. 159-160).

³¹ Aludidas pela “divisão do trabalho”, embora não sejam sinônimos perfeitos.

³² Não foi desenvolvida a teoria da personalidade no marxismo. Contudo a referida teoria não seria contraditória a Marx. É um ponto em aberto o estudo de como o caráter humano pode impulsionar a base.

³³ Existem possibilidades individuais, como a decisão de atuação profissional, decisões privadas, filiações ideológicas, embora elas não sejam totalmente livres, já que existem limitações objetivas à liberdade. De todo modo, elas entram na esfera da consciência individual.

³⁴ A força do capital é o principal movimento espontâneo alheio à vontade individual. As leis de movimento da base e da superestrutura têm regras próprias e estão em uma esfera diferente da individual, embora não totalmente independentes desta última.

Nesse sentido, a história subordina o indivíduo, a despeito de sua autonomia. Há liberdade, não plena, mas existem possibilidades de escolha dentre opções, no nível individual. A sociedade não define por completo a conduta e as escolhas do indivíduo. Mesmo em uma escolha condicionada socialmente, há escolha e certa liberdade.

Assim, o que é entendido como determinismo “fatalista” é, na verdade, o impacto dos determinantes econômicos passíveis de mudança pela atividade humana. Não sendo assim, inexistiria sentido na luta ideológica apregoada pelo próprio Marx no intuito de mudar a realidade:

A questão de saber se cabe ao pensar humano uma verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas sim uma questão *prática*. [...] A controvérsia acerca da realidade ou não realidade do pensar, que está isolado da práxis, é uma questão puramente *escolástica* [...] (Marx; Engels, 2007, p. 611, grifos do autor).
Os filósofos apenas interpretam o mundo diferentemente, importa é *transformá-lo* (Marx; Engels, 2007, p. 613, grifo do autor).

A atividade humana é condicionada socialmente, mas não é teleológica. Mesmo em Marx, a ação humana tem um papel, não ficando totalmente à mercê da história. Homens efetuam escolhas com base em seus valores, no que é nobre, justo, útil e correto, sendo os valores formados socialmente também, orientando as escolhas. Há escolhas que estão dentro das possibilidades, como a decisão de atuação profissional, mas elas não são totalmente livres. O indivíduo não pode simplesmente escolher ser capitalista, é preciso ter meios para tanto. Logo, existem limitações objetivas à liberdade.

Assim sendo, o homem é determinado socialmente e construído pela formação histórica e, como tal, tem capacidade de alterar a realidade. Veblen sugere que o comportamento humano não é formado por uma natureza hedonística inata, mas por instintos e hábitos, que mudam, seletivamente, na evolução do processo social de desenvolvimento. Marx, em confluência, não descarta o papel do indivíduo na formação histórica e na construção da realidade social.

Desse modo, os valores e os hábitos humanos que balizam as relações produtivas podem ser alterados, partindo do indivíduo consciente, partindo da restrição social ou em um duplo sentido de causação. Nesse particular, apenas tem sentido analisar a relação todo-indivíduo em Marx de maneira mutuamente interativa e multicausal, considerando a determinação e a influência do elemento individual.

6 Considerações finais

Diante da necessidade de estabelecer um padrão de conduta humana para viabilizar uma construção teórica consistente, ergueram-se paradigmas sobre a causalidade na relação estrutura-

sujeito. Veblen tece considerações negativas sobre a concepção de Marx, por entender que esse acentua demais o ente coletivo na determinação do indivíduo.

Além de apresentar algumas críticas veblenianas, este artigo salienta os motivos que fortificam essa visão com os termos utilizados pelo Marx e também foca a contracrítica. Para tanto, são utilizados trechos da obra de Marx que destacam o papel do indivíduo na transformação da sociedade, ou seja, usa-se o autor para observar que o indivíduo está presente em sua obra e que ele não está tão somente determinado pela estrutura, embora condicionado a ela.

Mesmo que, em Marx, o indivíduo seja influenciado pela história e pela estrutura, é, ao mesmo tempo, passível de alterar suas concepções, opiniões e juízos. Logo, o homem é agente com suas peculiaridades e com capacidade de alterar a realidade.

Embora existam lógicas distintas na escola de pensamento econômico institucionalista e na marxista, há pontos de confluência, alguns dos quais, tratados aqui, são, comumente, admitidos como distintos. Para além do ponto metodológico, a pesquisa aproxima a discussão da maneira como o indivíduo influencia a sociedade, através de seus valores, hábitos, conceitos e motivações. A averiguação dessas questões, portanto, conecta-se com os valores humanos que formam a sociedade e que inibem ou estimulam as transformações sociais. Como subproduto, embora não aprofundado neste estudo, esse tema traz à baila o comprometimento dos indivíduos com o bem comum, aspecto este que entrelaça a ciência econômica e os valores humanos. Ademais, parece ser fundamental retomar tais pontos dentro da ciência econômica, valendo-se de abordagens distintas da convencional. Essa pauta visa deixar de enfatizar apenas o indivíduo nos pilares fundamentais da ciência econômica e considerar também as influências exercidas pela organização social como um todo.

Referências

AVILA, R. I. *Do homem smithiano ao homo economicus: egoísmo e dissolução da moral*. 2010. 79f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CAMPREGHER, G. A. *Desdobramentos lógicos-históricos da ontologia do trabalho em Marx*. 1993. 160f. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

DEMO, P. *Sociologia: uma introdução crítica*. São Paulo: Atlas, 1985.

GARAUDY, R. *Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

HODGSON, G. M. From micro to macro: the concept of emergence and the role of institutions. In: INTERNATIONAL SEMINAR INSTITUTIONS AND ECONOMIC DEVELOPMENT: towards a comparative perspective on state reform, 1997, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p. 1-23.

HODGSON, G. M. On the evolution of Thorstein Veblen's evolutionary. *Cambridge Journal of Economics*, Cambridge, v. 22, n. 4, p. 415-431, 1998.

LUZ, M. R. S.; FRACALANZA, P. S. Teleologia, darwinismo e economia evolucionária: a controvérsia acerca do papel da seleção natural no comportamento da firma. *Análise Econômica*, Porto Alegre, n. 55, p. 123- -154, 2011.

MARX, K. *A Sagrada Família ou crítica da crítica contra Bruno Bauer e seus seguidores*. São Paulo: Moraes, 1987.

MARX, K. Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social". De um prussiano. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Londrina, v. 3, n. 1, p. 142-155, fev. 2011. Disponível em: <www.uel.br/revistas/uel/index.php/germinal/article/download/8764/7317>. Acesso em: 29 jul. 2011.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 1.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a. v. 2.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 1, t. 2.

MARX, K. *Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MONASTÉRIO, L. M. Veblen e o comportamento humano: uma avaliação após um século de "A teoria da classe ociosa". *Cadernos IHU Idéias*, São Leopoldo, n. 42, p. 1-14, 2005.

PAULANI, L. M. Individualismo metodológico e individualismo ontológico no discurso econômico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 23., 1995, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPEC, 1995. v. 2, p. 120-140.

PAULANI, L. M. *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005.

PRADO, E. F. S. *Economia como ciência*. São Paulo: IPE/USP, 1991.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

SCHAFF, A. *O marxismo e o indivíduo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

VEBLER, T. *The place of science in modern civilisation and other essays*. New York: Viking, 1952.